

Esse trabalho iniciou-se na pretensão de articular dois temas já, de *per si*, visitados pela bibliografia da História Política do Brasil, Pensamento Político Brasileiro e Instituições Políticas Brasileiras: o lugar da democracia representativa no pensamento político de esquerda e o lugar do pensamento político na estratégia da esquerda partidariamente organizada no Brasil. O primeiro tema sugeria acrescentar contribuição a uma espécie de exegese que já se faz, tanto do pensamento de autores referenciais da esquerda brasileira como de documentos produzidos por atores políticos desse campo. O segundo, contudo, esbarrou em pontos cegos ou obscuros da relação entre pensamento e ação.

O resumo inicial, apresentado ao Encontro, supôs transitividade indireta entre os dois temas. Eis o argumento a ser explorado: da sabidamente problemática recepção da democracia representativa por matrizes ideológicas situadas à esquerda não se pode deduzir, diretamente, que a prática política de organizações partidárias próximas a essas matrizes seja “ideologizada” nessa direção negativa ou que, perca sua “identidade ideológica” por seguir na direção positiva, oposta à da matriz do seu campo político. Do mesmo modo não se pode, a partir de uma análise da ação de partidos de esquerda na política real deduzir, diretamente, que haja atribuição de valor positivo ou negativo; relevante ou irrelevante às instituições representativas, por parte da matriz que os influencia.

A transitividade entre ideologia (fórmula teórica autônoma em relação ao agir) e luta política (atividade prática autônoma em relação ao pensar) requer um feixe de mediações. Primeiro a dupla mediação entre ideologia e programa, operada pelo pensamento político (modo de pensar comprometido com o agir) e pela estratégia política (*script* do agir comprometido com o pensar). Sendo bem sucedidas, essas mediações permitem a hipótese benigna de que programa e documentos partidários contornem as pressões da prévia ideologia ou do varejo político próprio do “calor da hora”, que tendem a lhes subtrair sentido e anular sua capacidade de guiar a política prática.

O realismo analítico recomenda não apostar as fichas na hipótese benigna, de problemática pertinência ao mundo real. E manda considerar as hipóteses de que, na falha do pensamento e da estratégia, a ideologia ou a lógica da luta imediata predominem sobre o programa, enquanto simulacros respectivos aos dois primeiros. A hipótese benigna é um “terceiro incluído”, a título de filtro, digamos, normativo, para manter uma perspectiva crítica precavida contra esses simulacros.

Quando o programa acolhe um dos simulacros ele também falha enquanto agente da transitividade entre ideologia e política prática. Na hipótese benigna de ter sido mediado com êxito por uma estratégia e por um pensamento políticos, nem por isso está garantida uma transitividade também benigna (estrategicamente pensada) do programa até a efetiva prática imediata do ator. Se ela adere

ao programa é questão que só em parte depende dele, programa e mesmo dele, ator. Por outra parte depende do contexto político no qual o ator interage com outros atores e com seus programas.

Como contextos históricos foram a princípio eleitos os períodos de 1956 a 1964 e de 1980 a 1988 e, como casos de organizações políticas, respectivamente, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Os marcos iniciais de cada período correspondem a momentos de redefinição estratégica (caso do PCB, a partir da “desestalinização” da URSS, de cuja incidência sobre a política comunista é emblemática a “Declaração de Março” de 1958) ou de fundação mesmo (caso do PT). Já os marcos terminais correspondem, respectivamente, ao golpe de 1964 e à promulgação da Carta de 1988, momentos de desfecho e balanço das ações partidárias em questão.

No caminho entre o resumo da proposta de trabalho e sua submissão ao crivo de uma investigação interpôs-se, sob os auspícios do Pibic//UFBA, um projeto coletivo de pesquisa¹ que resgata e torna exequível outra proposta de pesquisa individual resumida para o Encontro da ABCP de 2016 e que não foi, à época, desenvolvida. Ele indaga sobre (i) a propriedade do uso da imagem de “*corrente subterrânea*” para se referir a uma certa vertente de pensamento que se desenvolveu no âmbito do que Gildo Marçal Brandão sugeriu ser o “*marxismo de matriz comunista*”², (ii) a pertinência dessa corrente ser considerada como uma tradição intelectual diferenciada no campo da esquerda brasileira e, por fim, (iii) sobre a efetividade teórica e a relevância prática (programática) da experiência de diálogo que essa vertente sustenta com outras tradições no pensamento político.

Como sabido, a imagem da corrente subterrânea foi usada por Raymundo Faoro³, para aludir à condição, que atribuía ao liberalismo de, no Brasil, ser um corpo de ideias não convertido em pensamento político, isto é, em atividade intelectual que conecte, de modo autêntico, ideias e ação políticas. A razão disso teria sido seu “arredamento” da história política brasileira, inspirando e integrando instituições representativas ornamentais, por assim dizer, enquanto as decisões da política real tomavam-se ao largo e de costas para elas. Tanto esse arredamento prático do liberalismo, quanto a ideologia eclética e conservadora à qual ele teria se reduzido, relacionam-se, conforme a interpretação faoriana, ao exercício autoritário do poder político por um patronato de raízes lusitanas, cujos agentes teriam se tornado “donos do poder”, através de sua ancoragem patrimonialista nas instituições do estado - antes do estado português, depois do estado brasileiro.

¹ “Ecos do subsolo: influência e (in)visibilidade de um pensamento cosmopolita de matriz comunista no debate com outras esquerdas e com liberais sobre reformismo e democracia no Brasil”

² Sugestão desenvolvida em Brandão (1997) e retomada em Brandão (2005).

³ Em “Os Donos do Poder”, analisando a trajetória liberal a partir do capítulo, os “Pródomos da Independência”

Em que termos pode-se pensar numa analogia entre a hipótese de Faoro sobre a sina do liberalismo teórico brasileiro e o destino daquela vertente do chamado marxismo de matriz comunista que trocou a perspectiva revolucionária pela do reformismo democrático e social?

Supõe-se, no projeto, que a analogia pode ter dois sentidos. Um, de ordem teórica, sugere que uma perspectiva cosmopolita ligaria certos marxistas e liberais ao empreendimento civilizatório iluminista de incorporação do Brasil ao ocidente político, pondo-os em rota de tensão com fórmulas intelectuais ecléticas, virtualmente hegemônicas em seus respectivos campos, a saber, os casamentos, por um lado, de liberalismo com iberismo e patrimonialismo, por outro, de socialismo com nacionalismo e populismo. Elos no plano do pensamento político entre reformismos democráticos de matrizes comunista e liberal são plausíveis, mesmo na existência de uma distância teórica entre os conceitos de hegemonia e poliarquia. Tem-se aqui a possibilidade de um pensamento encurtador de distâncias.

O segundo sentido que se supõe justificador da analogia é histórico-empírico e liga-se à noção de arredamento. Assim como o reformismo democrático de matriz liberal teria sido arredado da história das elites tradicionais pelo poder do patronato político, o reformismo democrático de matriz comunista teria sido arredado da história das contra elites pela emergência da contestação nacional-popular, seguida pela resistência armada ao regime autocrático militar-civil.

Décadas depois – passado o interregno da transição democrática durante o qual laços entre liberais e reformistas de esquerda estreitaram-se e mostraram alguma eficácia política – dá-se arredamento mais radical da vertente em foco, por interação, numa estrutura de poder, do nacional-popular com uma concepção iliberal de democracia, que se instalara no petismo em detrimento de tendências socialdemocratas também presentes na sua origem. Sob mediação dessa situação de poder forma-se, no campo das mentalidades, um *link* dos ideários do nacional desenvolvimentismo e da democracia de “alta intensidade” com certas perspectivas identitárias “pós modernas”, emergentes na sociedade civil. Essa convergência tripartite de movimentos conectores das ideias de nação e povo a assembleias, conselhos deliberativos e coletivos identitários soma-se à desmoralização das experiências do “socialismo real” em escala mundial e a problemas críticos do estado de bem estar socialdemocrata para levar a esquerda brasileira para ainda mais longe da perspectiva cosmopolita, institucional e incremental do reformismo democrático de matriz comunista.

O presente trabalho teve, então, desdobramento adaptado ao projeto da pesquisa coletiva. Antes seria um estudo sobre a transitividade entre pensamentos de esquerda e a ação de dois partidos (PCB e PT) comparados nas suas diferentes inserções em contextos históricos também diversos de transição entre regimes políticos. Tornou-se parte de um estudo mais denso sobre uma presumida vertente do

pensamento político brasileiro e suas possíveis interlocuções, a ser desenvolvido em diálogo com o trabalho de Gildo Marçal Brandão sobre o PCB como “esquerda positiva” (Brandão, 1997). Se nessa obra o partido é objeto, na pesquisa da qual esse breve texto tornou-se parte programas e estratégias partidárias são patamares de análise da eficácia política de pensamentos que se entabulam “de fora”.

O PCB é, naturalmente, o endereço partidário mais provável dessa discussão mas não o único. Mantidos, no projeto maior, os focos nas duas transições (a da crise da democracia da Carta de 46 ao advento da autocracia de 64 e a da crise dessa ao advento da democracia da Carta de 88), o presente trabalho concentra-se no primeiro foco temporal e procura explorar as possibilidades de que ideias paradigmáticas, oriundas de diferentes matrizes ideológicas e inseridas no campo do pensamento político de esquerda tenham ali convergido programaticamente. Dedicar-se atenção não só a duas proposições paradigmáticas sobre a “revolução brasileira” surgidas no campo do marxismo de matriz comunista (a de Nelson Werneck Sodré e a de Caio Prado Jr.), como ao trabalhismo e suas nuances internas, destacando o pensamento sistematizador de Alberto Pasqualini. Para momento posterior da pesquisa prevê-se examinar o pensamento que medrou no leito intelectual em que se formou o PT. Esse caminho permite seguir visitando, com certa segurança, um tema já visitado: o do lugar da democracia representativa no pensamento político reformista de esquerda no Brasil. Tal será feito a partir da terceira seção desse texto, mediante um critério de exposição a ser esclarecido mais adiante.

Mas quanto ao lugar do pensamento (de qualquer pensamento) na política praticada por atores da esquerda? A conexão entre autores e atores é tema a requerer reflexão específica antes de se poder caminhar com segurança no terreno empírico. Esse requerimento surgiria ainda que se mantivesse o caminho inicialmente pensado para esse trabalho. O projeto de pesquisa Pibic só antecipou e realçou esse ponto cego da retina da pesquisa. Dele tratará, ainda que de modo exploratório, a próxima seção.

No território da ciência política uma literatura ainda não visitada por nós e expressiva do que se chama de “virada ideacional” poderá fornecer alguma pista para o que aqui se deseja problematizar. É o que sugerem Perissinotto&Stumm (2017). Talvez seja possível, por aí, considerar um **programa** de um partido na acepção que os atores adotam: de um constrangimento cognitivo à ação, algo análogo, na dimensão política imediata (da “luta”), ao que, na dimensão mediata, “de fundo”, seria um *paradigma* e que seguiremos chamando simplesmente de **pensamento**. Assim como é possível seguir chamando de **estratégia** o que essa literatura considera como *enquadramento*, isto é, um constrangimento normativo pelo qual se pode, naquele campo da “luta”, compatibilizar um programa

com uma normatividade “de fundo”, tomada nessa literatura como um *sentimento público* que se segue aqui supondo como representado por uma **ideologia**.

Mas como dar sentido a esse repertório conceitual operativo num contexto argumentativo estruturado pelas conexões entre pensamento e ação? Pensamento/paradigma e programa; ideologia/sentimento público e enquadramento estratégico podem ser todos tomados como obras do pensamento. Se, conforme a virada ideacional, é em torno delas que deve se centrar a pesquisa de explicações para coisas da política, qual o lugar da ação? É o lugar de resultante, instalado no espaço da política imediata, o qual conteria a própria ideia de política? Ou a ação é parte da política, como também é o pensamento? Sem segurança para dialogar com essa literatura, por desconhecê-la, anotamos sua presença pedindo licença para prosseguir a discussão usando outro repertório menos operativo, que nos vem dos vértices entre política, filosofia e história. Adiante as duas perspectivas serão reunidas.

Tenta-se aqui uma aproximação arriscada (uma tangente) entre os tratamentos dados ao tema da ação por Antônio Gramsci e Hannah Arendt (Dantas Neto,1999). O pensador italiano, interpretado sob uma chave que o faz aparecer confortavelmente instalado nos *fatos* do mundo atual, tomado como próximo ao da visão gramsciana de sociedade autorregulada (Vianna,2007). E a pensadora alemã sob a égide das suas *Lições sobre a filosofia política de Kant*, nas quais se mostra preocupada em realizar uma mediação entre a razão kantiana e o mundo do *senso comum*. Em Dantas Neto (1999) arrisca-se a hipótese de que os compromissos com o entendimento da contemporaneidade e com o destino dos “homens comuns” aproximam os dois autores, conduzindo-os a considerar, analogamente, a centralidade da política como ação volitiva, pensando-a, contudo, numa perspectiva realista.

Gramsci admitia, a partir da empiria histórica, a distinção dos intelectuais como um processo de mudança social que ata múltiplos agentes. Nem reitera uma divisão imemorial de vocações naturais, nem legitima uma elite dirigente pela evidência da superioridade do seu conhecimento sobre o dos homens comuns. Proviria da possibilidade de ingresso regular do *homo faber* num mundo que se imaginava privativo do *homo sapiens*. O ator político é intelectual da ação e isso importa mais do que a datada percepção desse ator como homem coletivo, o partido político como príncipe moderno, imerso na pluralidade crescente da sociedade civil da qual pretende emergir como seu dirigente.

Nesse ponto Hannah Arendt pede a palavra. Na abertura de *A condição humana*, apresenta a *Vida activa* como composta de labor, trabalho e ação. Criticando a tradição filosófica que teria nublado as distinções entre essas atividades, insiste em que o labor se distingue do trabalho por ser um ato do *animal laborans* impelido por necessidades vitais, enquanto o trabalho é fabricação, pelo *homo faber*, não de *algo novo*, como no caso da ação, mas de uma *obra* a partir de um modelo pensado e

de matérias primas dadas pelo mundo (Arendt, 1987:90-96). A Era Moderna, ao valorizar a vida ativa em detrimento da vida contemplativa, também elevava, no âmbito da vida activa, o *animal laborans* à posição de *animal rationale*. Contudo não distinguiu o *animal laborans* do *homo faber*. Confundiu labor e trabalho. Marx, por exemplo, supôs que a emancipação do segundo significaria a emancipação do homem de todo o labor e toda a necessidade. A crítica pode se estender a Gramsci?

Leandro Konder socorre o comunista sardo. A *práxis* não é pura prática, nem se resume ao trabalho, em cujo mundo realmente nasce, mas para transcendê-lo. Pela visão Gramsci a mundanidade é atributo do conceito marxiano de *práxis*. Ele assegura um lugar digno à política *propriamente dita*:

“A práxis, no sentido grego da palavra, era o terceiro elemento básico do tripé constituído pelo conceito filosófico de práxis que Marx elaborou⁴. E para essa atividade, na mitologia, **não havia nenhum deus**. Ela ficava por conta de homens comuns, de indivíduos particulares, de pessoas mortais, de criaturas finitas e imperfeitas (...). Postos fora do espaço tutelado pelos deuses, os habitantes da polis se viam condenados a ser...**políticos**” (Konder,1992:128).

Além disso, a distinção mais crucial para Arendt é a que extrema a ação em relação ao labor e ao trabalho: (a ação) é a *única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria* (Arendt, 1987:15). Logo, pode-se dizer que, para ela, só pela ação - e pelo discurso a ela associado - o homem é sujeito de sua vida ativa. Nesse terreno dissipam-se ainda mais as nuvens entre Arendt e Gramsci.

Negando às noções de passado e futuro qualquer nexos automático e independente da ação política no presente, Gramsci fez esta última passar da posição de potência constringida por dois polos de uma *necessidade histórica* para a de uma força mediadora responsável, o que transforma a ideia de *transformar o mundo* de um imperativo da necessidade em um ato de liberdade. O terreno dessa ação é o da pluralidade da sociedade civil, no qual atores vindos “de baixo” acessam a política, em busca de uma nova hegemonia. É a política, não o pensamento elaborado “de fora”, que os faz intelectuais.

Surpreende-se em Hannah Arendt um convergente *modo de pensar* (Brandão,2011) quando ela constrói a noção de *teia de relações humanas* (Arendt, 1987:196) como um campo balizador de ação que impõe aos agentes do pensamento a adoção da uma *mentalidade alargada* ao molde de Kant. E quando critica o fato da razão instrumental não aceitar a sua própria superação pela prioridade, no interior dessa teia, da interlocução política sobre a ação teleológica. O elo que tangencia aqui o seu pensamento ao de Gramsci é a comum consideração política da pluralidade.

⁴ Os outros dois elementos a que alude Konder são a *poiésis* (referido às atividades produtivas) e a *theoria* (a sabedoria, cuja deusa, Palas Atena, nasce da cabeça de Zeus graças à intervenção de Hefesto, o deus da *poiésis*). Para Konder, Marx, em reconhecimento à criatividade e ao esforço de Hefesto, promove o seu casamento com Palas Atena, união da qual resulta o novo conceito de *práxis*.

Sociedade civil ou teia das relações humanas, o campo da política é o da interlocução, não o da elaboração teórica. Estamos diante de uma desqualificação do pensamento como atividade “útil” à política real? Ou sociedade civil e teia, terrenos para a liberdade de ação abrem caminho ao construtivismo da vontade política, pelo qual teria passagem uma “virada ideacional” capaz de resolver pelo oposto o ponto cego da discussão sobre o lugar do pensamento na estratégia dos atores?

PAREI AQUI

É a política que lhes mostra como agir em sentido transformador num contexto de revolução passiva montado para decapitá-los (Vianna,2007).

Por Gramsci pode-se ver os homens como “filósofos”, capazes de pensar e agir ao disporem de discurso e *visão de mundo*. Essa nem sempre é *filosófica*, como o *bom senso*, mas sempre politicamente relevante, inclusive quando é *sensu comum* e/ou religião (Gramsci, 1966:11-14). Diferenças entre essas visões também são relevantes mas seus portadores, inclusive os filósofos, são sempre *conformistas de algum conformismo*, por pertencerem a algum grupo social.